

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 1

DISSERTAÇÃO

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o candidato responda que:

- 1 Os eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Inteligência estão previstos no item 8 da Estratégia Nacional da Defesa:
Item 8. Eixos estruturantes:

A identificação dos eixos estruturantes é resultado da análise do ambiente estratégico e dos desafios da ENINT. Dessa avaliação se extraem quatro grandes eixos, que constituem os principais pilares para a efetividade da atividade de Inteligência.

Os eixos organizam os desafios, alinhando-os e estabelecendo vínculos, de modo a criar uma Estratégia organicamente coerente e coesa, que deve impulsionar o funcionamento do Sistema de Inteligência.

São eixos estruturantes da ENINT:

Atuação em rede

Eixo que preconiza um modelo de trabalho coordenado, integrado e sinérgico, com a participação efetiva dos integrantes do Sistema, de modo a potencializar o cumprimento da missão.

O Sistema deve praticar o compartilhamento de dados e conhecimentos, assim como realiza ações específicas conjuntas, sempre em prol dos interesses do Estado e da sociedade brasileira. Órgãos diferentes, com perspectivas de abordagem próprias, produzem soluções finais mais eficazes quando articulados em rede.

A atuação em rede exige também a responsabilidade pela adequada proteção de fontes, conhecimentos e profissionais, por meio da gestão eficaz dos riscos inerentes à atividade de Inteligência.

Tecnologia e capacitação

Eixo que sustenta a necessidade de capacitação em alto nível para os profissionais de Inteligência, para que se promova, por consequência, a excelência da atividade de Inteligência.

Para o melhor desempenho da atividade, o Sistema deve prover treinamento e capacitação que maximize o potencial dos profissionais de Inteligência, desenvolvendo e aprimorando competências e habilidades capazes de torná-los preparados para desafios em constante transformação.

Da mesma forma, o investimento em tecnologias de ponta deve estar sempre presente nas pautas de discussões. O avanço tecnológico e a intensificação de tecnologias para tratamento e análise de dados permeiam e impactam fortemente a atividade de Inteligência. Nesse sentido, os profissionais devem dispor das ferramentas tecnológicas mais avançadas, que potencializem a resposta do seu trabalho.

O ambiente profissional da Inteligência ainda deve favorecer o compartilhamento de ideias, recursos e experiências, para que se estabeleçam as condições para a inovação e o uso de melhores práticas.

Projeção internacional

Eixo que se fundamenta na importância da atividade de Inteligência para oferecer soluções capazes de alavancar a projeção política e econômica do Brasil.

Em uma nova ordem internacional, em constante transformação, o Brasil necessita estar inserido com protagonismo. Para isso, a Inteligência exerce papel fundamental para um melhor entendimento do mundo, em suas novas dinâmicas e relações.

O esforço de projeção do país deve contar com uma Inteligência cuja capilaridade garanta presença internacional, inclusive por meio de associação com parceiros estrangeiros.

Segurança do Estado e da sociedade

Eixo que se apoia na convicção do papel central desempenhado pela atividade de Inteligência para a garantia da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira.

A antecipação de fatos e situações que se caracterizam como ameaças à integridade da sociedade e do Estado, no âmbito nacional ou internacional, é essencial para que o processo de assessoria ao mais alto nível decisório do país seja eficaz.

Para que esse papel seja exercido de forma efetiva, a legislação deve ser adequada à especificidade da Inteligência, proporcionando as condições ideais para o exercício da atividade.

2 e 3 A correlação entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos está no quadro abaixo, constante da Estratégia Nacional de Inteligência.

O quadro sintético abaixo mostra as correlações entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos.

É importante ressaltar que a distribuição de desafios e objetivos pelos Eixos se realizou com base nos vínculos mais nítidos e fortes, porém, na dinâmica de interações desses três elementos, existe uma transversalidade que lhe é própria. Objetivos podem impactar vários desafios, que, por sua vez, podem se associar a diferentes eixos, fruto da natureza orgânica da Estratégia:

Quadro 1 – Correlações entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos

| EIXOS ESTRUTURANTES | DESAFIOS | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Atuação em rede | 1.1 Fortalecimento da atuação integrada e coordenada da atividade de Inteligência | <ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os processos e protocolos para comunicação e compartilhamento de informações • Mapear e gerenciar os principais processos a serem realizados no SISBIN • Definir e regular critérios para atuação conjunta e coordenada no âmbito do SISBIN |
| | 1.2 Fortalecimento de cultura de proteção do conhecimento e de preservação do sigilo | <ul style="list-style-type: none"> • Criar protocolos conjuntos para proteção de conhecimentos sensíveis • Aperfeiçoar o processo de gestão de riscos • Fomentar a cultura de proteção do conhecimento na sociedade |
| 2. Tecnologia e Capacitação | 2.1 Maior utilização de tecnologias de ponta, especialmente no campo cibernético | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a capacidade do Estado na obtenção de dados por meio da Inteligência cibernética • Fortalecer a capacidade de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação (TIC) • Aprimorar a capacidade de desenvolver e implementar criptografia de Estado • Modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) |
| | 2.2 Intensificação do uso de tecnologias de tratamento e análise de grandes volumes de dados (Big Data e Analytics) | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a capacidade de obtenção e análise de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados • Aprimorar a estruturação e o compartilhamento de bases de dados de Inteligência • Promover a interoperabilidade de bases de dados de interesse em nível nacional |
| | 2.3 Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de Inteligência | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração entre as escolas de governo para ampliar a oferta de cursos relacionados à Inteligência e estruturar capacitações conjuntas • Estabelecer processo de gestão por competências para capacitação em Inteligência • Fortalecer a educação a distância (EAD) • Promover a qualificação técnica para proteção e exploração do campo cibernético |
| 3. Projeção internacional | 3.1 Ampliação da internacionalização da atividade de Inteligência brasileira | <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a representação da atividade de Inteligência no exterior • Incrementar a interação do SISBIN com os demais sistemas de inteligência em temas de interesse • Aperfeiçoar a qualificação de adidos e demais agentes diplomáticos |

| | | |
|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a participação em fóruns, eventos e encontros internacionais |
| | 3.2 Apoio ao fortalecimento da inserção do país no cenário internacional | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar as redes de parcerias e incrementar os acordos de cooperação internacional • Apoiar as instituições brasileiras em sua atuação no exterior • Ampliar o intercâmbio de informações entre os órgãos brasileiros com atuação no exterior • Consolidar a atividade de Inteligência em questões externas estratégicas |
| 4. Segurança do Estado e da sociedade | 4.1 Apoio ao combate à corrupção, ao crime organizado, aos ilícitos transnacionais e ao terrorismo | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer temas prioritários para produção de conhecimentos referentes às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo • Aprimorar os meios de compartilhamento de informações sobre as seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo • Criar protocolos específicos para atuação integrada do SISBIN em relação às seguintes ameaças: corrupção, crime organizado, ilícitos transnacionais e terrorismo |
| | 4.2 Monitoramento e enfrentamento eficaz de ações adversas contra interesses nacionais | <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os principais temas de interesse nacional para defesa contra ações adversas externas • Estabelecer sistema de alerta para prevenção de potenciais ações adversas • Criar protocolos específicos para atuação integrada visando a neutralização de ações adversas |
| | 4.3 Aprimoramento da legislação para a atividade de Inteligência | <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar e apoiar o processo legislativo nos temas de interesse da atividade de Inteligência • Aperfeiçoar o marco legal da atividade de Inteligência |

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)
CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 1
PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá demonstrar, **de forma direta, objetiva e respeitando a sequência dos fatos,** conhecimento da evolução da vida partidária nesse período, **contextualizando-a.** Em sua redação, deve apresentar o motivo da criação dos partidos ARENA e MDB, abordando como o partido oposicionista viu sua atuação limitada pelo AI-5, pelas cassações de mandatos, pelas prisões políticas e pela dificuldade do exercício das liberdades individuais. Além disso, deve destacar que, com a crise econômica e a pressão crescente em favor das liberdades democráticas, o governo Geisel iniciou um processo de abertura política e pôs fim ao AI-5. As eleições tornaram-se, crescentemente, plebiscitárias, favorecendo o MDB, **o que levou ao Pacote de Abril de 1977.** Deve analisar também a finalidade do governo de fragmentar o MDB ~~da~~ **com a** lei orgânica dos partidos que fez aprovar em 1979; o surgimento dos novos partidos e seus desempenhos nas eleições de 1982, quando a oposição obteve **avassaladora vitórias sobre o governista PDS (antigo ARENA) em Estados importantes para o cargo de governador, mas o situacionismo saiu-se vitorioso e fez maioria no Congresso.**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 1

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A inserção internacional do Brasil no âmbito da segurança está centrada em esforços cooperativos, privilegiando a participação no diálogo político, nos mais importantes instrumentos jurídicos e regimes internacionais de cooperação, nos planos global, regional e bilaterais simultaneamente, com especial atenção, porém, àqueles celebrados no âmbito das Nações Unidas. Entre a variedade dos temas da agenda de segurança internacional, vêm ganhando destaque, para o Brasil, aqueles vinculados às ameaças de alcance e natureza transnacional, como o terrorismo, o crime organizado e os crimes cibernéticos.

Apesar de não ser alvo ou palco privilegiado do terrorismo internacional, mas reconhecendo o espraiamento do fenômeno e a crescente exposição externa da sociedade e do Estado brasileiro, o Brasil não se tem furtado a ser parte ativa de todas as convenções multilaterais celebradas no marco da ONU voltadas para a prevenção e o combate ao terrorismo, com destaque para Convenção Internacional sobre a Supressão de atentados Terroristas com Bombas e a Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo. No plano regional, toma parte ativa das participa das tratativas conduzidas sob a égide da Organização dos Estados Americanos por meio da Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo e do Comitê Interamericano para o Combate ao Terrorismo (CICTE). A dimensão multilateral é complementada pela cooperação bilateral em matéria judicial, policial e de inteligência e pela adequada internalização das normativas e dos compromissos internacionais subscritos pelo país. As posições brasileiras sobre o tema refletem a preocupação de não submeter a cooperação multilateral ou as políticas do próprio país aos desígnios de um ator ou conjunto de atores e de evitar que o ativo engajamento do país no enfrentamento ao terrorismo não o converta em alvo ou espaço privilegiado para a presença ou atuação de grupos terroristas.

No tocante ao crime organizado transnacional, o Brasil também favorece a cooperação multilateral global e regional, tendo como principais vetores dessa cooperação a Convenção de Palermo e seus protocolos, a Convenção de Mérida, o Grupo de Ação Financeira (GAFI) e o Grupo de Ação Financeira do Sul (GAFISUD) da América Latina (GAFILAT). Do ponto de vista regional, a cooperação com os países vizinhos em instâncias do MERCOSUL, da UNASUL, e o estreitamento de vínculos entre a Polícia Federal e as polícias e agências de segurança de importantes parceiros continentais e a cooperação em matéria judicial e de inteligência representam importantes vetores da ação internacional brasileira, abrangendo as diferentes modalidades de ilícitos transnacionais, em particular o narcotráfico e delitos conexos.

A atuação internacional do Brasil no tocante à cooperação frente aos crimes cibernéticos tem-se dado preponderantemente por vias bilaterais e no âmbito regional por intermédio da Organização dos Estados Americanos, nos marcos do Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo e do Programa de Segurança Cibernética. Isso porque o país não é signatário da Convenção de Budapeste, único marco da cooperação bilateral nessa matéria. O Brasil justifica sua recusa alegando falta de transparência na negociação e dificuldades com aspectos específicos da referida convenção relacionados a liberdade de expressão, criação e disseminação de informações e propriedade intelectual. Tal fato, contudo, não impede o país de se manter atualizado do ponto de vista jurídico e das tratativas políticas sobre o tema e de manter eixos de cooperação com destacados parceiros da comunidade internacional. O fato de o Brasil não ser parte de instrumento jurídico de caráter multilateral sobre o tema não o impede de atuar ativamente em espaços multilaterais, tendo entabulado recentemente iniciativas com importantes parceiros como os Estados Unidos, Alemanha e os demais países do BRICS.

Em suma, a atuação do Brasil no tocante aos desafios e às ameaças transnacionais dá conta de permanentes esforços de cooperação nos planos global e regional, em formas multilaterais e bilaterais, envolvendo as esferas política, diplomática, militar, judicial, policial e de inteligência. Tais esforços contemplam, também, cautelas e singularidades derivadas das formas como com que aqueles desafios e ameaças se expressam no país.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 1

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 3

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA

As *commodities* produzidas no Brasil estão inseridas no contexto do mercado virtual da água e devem ser compreendidas a partir de leitura crítica, no sentido de não perder de vista a luta de classes e o elemento político envolvidos nessa questão, visto que o acesso a terra e à água são elementos fundantes para a reprodução ampliada do capital. Ante o exposto, a expansão do agro-hidronegócio tem como foco de análise a produção de soja, milho, grãos de forma geral, cana de açúcar, algodão, a fruticultura irrigada, a pecuária bovina e suína, a criação de aves e a silvicultura, dentre outras atividades agropecuárias relacionadas à produção de *commodities* e a sua industrialização, compreendendo essas atividades como altamente dependentes de grandes volumes de água.

A partir da década de 1990, o Brasil passou a vivenciar surto desenvolvimentista fortemente marcado por profundas contradições socioambientais, pois se têm ocasionado grandes impactos à sociobiodiversidade nos diversos biomas (caatinga, cerrado, Amazônia e mata atlântica). O avanço da soja em diversas regiões brasileiras, a fruticultura irrigada nas áreas dos projetos de irrigação implantados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a silvicultura (produção de madeira, principalmente eucalipto e pínus), dentre outras atividades agropecuárias e agroindustriais, têm fomentado as disputas por terra e por água, embora sejam consideradas pelo Estado como elementos determinantes para a redução das desigualdades regionais internas.

O grande capital tem avançado sobre territórios camponeses, áreas de terras devolutas ou com pendências jurídicas, terras indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais e rurais, interferindo diretamente na dinâmica das populações do campo, que sofrem com os impactos dos projetos desenvolvimentistas que acabam por modernizar os territórios com o propósito de ampliar o fluxo de capitais através do mercado internacional de *commodities*. No Brasil, já são verificadas alterações nos rios devido à captação excessiva de água para a irrigação feita por pivôs centrais bem como processos de salinização de solos, erosão e assoreamento de rios, destruição de nascentes, desmatamento, poluição e contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos carreados para os rios pelas chuvas ou escoamento superficial da água. Outro aspecto a ser considerado quando se trata da expansão do agro-hidronegócio é a apropriação e o controle da água, visto que há, também, a ocorrência de conflitos com a produção de energia hidroelétrica, principal matriz energética do país.

Embora sejam verificadas alterações ambientais e sociais nessas regiões, há que se destacar a conformação do mercado virtual de água, que encontra nos países latino-americanos um campo favorável para sua expansão, tornando-se alvo dos conglomerados do setor de água e do capital agroindustrial. Os projetos desenvolvimentistas em curso acabam favorecendo a territorialização do agro-hidronegócio, altamente concentrador de riqueza e consumidor de água. O recurso natural água não se encontra igualmente distribuído pelo território, o que intensifica ainda mais as disputas por esse recurso essencial à vida. Na Região Nordeste, há períodos prolongados de estiagem, o que acentua a disputa da água entre a agricultura irrigada, o consumo humano e a produção de energia. A crise hídrica recente nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste coloca esta disputa em foco em outras regiões brasileiras, onde a água sempre foi recurso abundante.

As áreas de expansão do agro-hidronegócio constituem territórios em disputa entre o campesinato e o grande capital, entre populações urbanas e atividades agropecuárias e agroindustriais, disputas essas expressas no número de conflitos por terra e água, o que evidencia a necessidade de leitura crítica acerca desse projeto, no sentido de analisar as contradições materializadas no território, bem como equacionar os conflitos pelo uso e controle da água.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 2

DISSERTAÇÃO

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A atuação do Estado na economia entre as décadas de 30 e 80 do século XX

Estado é a sociedade organizada, com autorização para cobrar tributos a fim de cumprir seus objetivos econômicos e sociais. O Estado brasileiro teve uma atuação discreta até o início do século XX. Com a depressão do mundo capitalista em 1929, que resultou em fortes quedas na renda e no emprego, a teoria econômica sofreu uma evolução, no sentido de dispor sobre as causas das quedas nas atividades econômicas, bem como propor os instrumentos necessários para a retomada das atividades.

A nova teoria macroeconômica da década de 30 delegou ao Estado a responsabilidade de não somente criar as condições de retomada do desenvolvimento, mas também recriar empregos perdidos. Atribuiu-se ao sistema econômico a realização de três tarefas básicas: o que produzir, como produzir, e para quem produzir. Essas tarefas cabem a dois setores: público e privado.

O aumento da participação do setor público no século XX, além do combate à depressão, foi devido à necessidade de implantação de medidas que visavam diminuir a concentração da renda e da riqueza, à proteção aos menos favorecidos, à ampliação de assistência previdenciária e à reconstrução e ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, foi ampliada a participação governamental na área de investimentos na infraestrutura como transportes, comunicações, energia, saneamento e educação.

Além disso, o Estado tem como função criar mecanismos para diminuir as chamadas falhas do mercado. A partir da década de 1980, o mundo começou a mudar a forma de atuação do Estado. Foram realizadas em vários países, em maior ou menor grau, reformas do Estado com o objetivo de diminuir a área de atuação estatal.

2 Argumentos contrários *versus* argumentos favoráveis aos projetos de reforma

Os argumentos favoráveis geralmente apontados para esse fenômeno são os seguintes: o desencanto com as ideias socialistas, que propunham a criação de uma nova sociedade, isenta de egoísmo e com liberdade e prosperidade para todos; o inchaço do setor público, com excesso de capacidade física e humana, sem correspondência com o atendimento das necessidades públicas; o encarecimento do custo de manutenção da máquina administrativa pública e a intolerância social em relação ao pagamento de impostos para essa manutenção; a incapacidade de os governos promoverem os investimentos necessários ao desenvolvimento tecnológico e das empresas estatais, para sua aplicação na produção de bens públicos mais modernos; as altas taxas inflacionárias e altos montantes dos déficits e da dívida pública, causadas pelos gastos excessivos do governo.

A reforma do Estado apresenta benefícios; porém, por outro lado, há custos associados à retirada do Estado da economia e da vida em geral do cidadão. Há uma discussão ideológica, em que os liberais propõem um Estado mínimo, ao passo que o grupo estatizante reclama pela continuação da atuação estatal em setores estratégicos e em defesa das camadas mais indefesas da sociedade.

3 A Constituição de 1988 e a reforma do Estado

A Constituição brasileira de 1988 pautou a ordem econômica sob o princípio da livre iniciativa. Isso significa que compete ao Estado o exercício de funções regulatórias como planejamento, fomento e fiscalização. Alterou-se, portanto, o perfil até então de Estado empresário.

4 Os principais objetivos dos programas de reforma implantados pelos governos após a promulgação da Constituição e o atual papel do governo federal, relativamente à preservação e à continuidade das reformas

O Estado deve continuar intervindo nas ações privadas, mas sua atuação deve se pautar sob uma configuração diferenciada. Verificou-se uma mudança do Estado provedor para o de regulador. Há um processo de desestatização, em que o Estado se retira de alguns setores, deixando a iniciativa privada atuar, subsidiariamente, na exploração de alguns serviços e atividades.

O candidato deve mencionar os objetivos de desestatização, privatização e diminuição da participação do Estado na economia, ressaltando os esforços do governo em diminuir suas responsabilidades e correspondentes gastos públicos.

Pode ser citado, pelo candidato, que tais objetivos são próprios de um governo mais liberal, e não necessariamente de qualquer governo.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 2

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Modelo de Solow

O modelo neoclássico de Solow (1956) e Swan (1956) negligenciou o progresso tecnológico e a função de produção ~~temou a forma~~ $Y = F(K, L)$ descreve como os insumos capital (K) e o trabalho (L) se combinam para gerar o produto (Y). A função é neoclássica se três condições são satisfeitas: produto marginal decrescente e positivo em relação a cada insumo; retornos constantes de escala; e produto marginal do capital (ou trabalho) se aproximando do infinito quando o capital (ou trabalho) vai para zero e se aproximando de zero quando o capital (ou trabalho) vai para o infinito.

A equação diferencial fundamental do modelo Solow-Swan é $\dot{k} = s \cdot f'(k) - (n + \delta)k$, ou seja, a acumulação de capital (\dot{k}) depende: (a) do investimento $s \cdot f'(k)$, que, por sua vez, depende da função de produção $y = f(k, l)$, (b) do retorno do capital, que depende da taxa de crescimento da população (nk) e (c) da depreciação do estoque de capital (δk). Assim, temos uma equação não linear que depende só de k , onde k é o capital *per capita*. O termo $(n + \delta)$ é a taxa de depreciação efetiva para $k = K/L$. Se a taxa de poupança s fosse zero, então k declinaria, parcialmente em decorrência da depreciação de capital k na taxa de depreciação δ e parcialmente em decorrência do crescimento do trabalho L na taxa de crescimento da população n .

Mudanças no nível de tecnologia, taxa de poupança, taxa de crescimento populacional e taxa de depreciação não afetam as taxas de crescimento do produto, do capital e do consumo *per capita*, pois são iguais a zero. O modelo não fornece explicações dos determinantes de crescimento *per capita* de longo prazo.

Robert J. Barro e Xavier Sala-i-Martin. **Economic Growth**. 1.^a ed. MIT Press, p. 16-8.

2 Motivação para a criação dos modelos de crescimento endógenos

Nos anos 80 do século XX, um grupo de teóricos do crescimento liderados por Paul Romer (1986) tornaram evidente a insatisfação com explicações exógenas do crescimento da produtividade no longo prazo. A insatisfação motivou a construção de uma classe de modelos de crescimento em que os elementos determinantes do crescimento eram endógenos ao modelo. A determinação do crescimento de longo prazo dentro do modelo — em vez de algumas variáveis que crescem de forma exógena —, como o progresso tecnológico não explicado, é o motivo do nome crescimento endógeno.

Robert J. Barro e Xavier Sala-i-Martin. **Economic Growth**. 1.^a ed. MIT Press, p. 38-41.

3 Regra de ouro da acumulação de capital

O nível de estado estacionário do consumo *per capita* é $c^*(s) = f[k^*(s)] - (n + \delta)k^*(s)$. Essa equação mostra a relação entre o consumo *per capita* em estado estacionário c^* e a taxa de poupança s , em que a quantidade de c^* aumenta com s para baixos valores de s e diminui com s para elevados valores de s . A quantidade c^* atinge o máximo com a derivada, ou $f'(k^*) = (n + \delta)$.

Essa condição de otimização é conhecida como a regra de ouro da acumulação de capital, segundo a qual, se fornecermos a mesma quantidade de consumo para todos os membros de cada geração atual e futura — ou seja, se nós não fornecemos menos para gerações futuras do que para nós mesmos —, então a quantidade máxima de consumo *per capita* é o consumo da regra de ouro.

Robert J. Barro e Xavier Sala-i-Martin. **Economic Growth**. 1.^a ed. MIT Press, p. 19-22.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 2

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação:
11/3/218

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em um jogo do tipo Stackelberg, os agentes tomam decisões de forma sequenciada. Os sindicatos barganham o salário nominal, as firmas reagem aos pleitos dos sindicatos e decidem a oferta e o nível de preços do bem. O banco central reage no nível geral de preços, decidindo a melhor reação com o objetivo de minimizar o desemprego e a inflação. O pedido de reajuste salarial é um bem coletivo passível do fenômeno do carona (*free-rider*), pois os trabalhadores serão beneficiados tomando ou não alguma ação relativa à barganha salarial.

Com efeito, quanto maior a descentralização da decisão salarial, maior será a preocupação do sindicato em relação ao desemprego. Uma elevação salarial no nível da firma implica perda de competitividade em relação às demais firmas da mesma indústria. Como resposta, a firma reduz o emprego, o que gera impacto negativo nos trabalhadores. No nível da firma, os sindicatos irão moderar as suas pressões salariais em virtude da possibilidade de desemprego. Consequentemente, os sindicatos serão disciplinados. Por contraste, no nível da indústria, os sindicatos reconhecem que o efeito do salário sobre a demanda da indústria é limitado. Isto porque, no nível da indústria, o grau de substituição entre os diferentes produtos é baixo. Logo, o sindicato se defronta com uma restrição ao emprego menor do que a observada no nível da firma, o que leva a um salário maior do que o prevalecente no nível da firma. Adicionalmente, os bens de diferentes indústrias são substitutos imperfeitos. Os trabalhadores possuem algum poder de mercado e internalizam esses efeitos na barganha salarial, facultando-lhes a elevação salarial com pequena queda na demanda. Como a indústria é apenas uma parte da economia, os sindicatos não se preocupam com as repercussões de suas ações sobre o nível geral de preços. Além disso, qualquer ameaça da autoridade monetária em retaliar o efeito do aumento dos salários sobre o preço industrial é não crível, porque o efeito sobre o nível geral de preços é negligenciável. Consequentemente, certo grau de aumento salarial pode ser repassado a outras indústrias por meio da mudança (marginal) dos preços relativos. Assim, a disciplina salarial é baixa e o desemprego elevado. No nível central, o efeito do aumento dos salários sobre o nível geral de preços é perceptível, de modo que elevações do salário nominal terão menor sucesso em elevar o salário real. O efeito “exportação dos preços” é internalizado nas reivindicações salariais, mas, ao contrário do que ocorre no nível da indústria, a elevação dos salários provoca forte efeito sobre o nível geral de preços, tonando críveis reações da autoridade monetária. Consequentemente, ocorre moderação salarial e o desemprego é baixo.

Dessa forma, é possível obter baixo nível de inflação e alto nível de emprego quando a determinação salarial ocorre no nível da firma ou no nível geral da economia. Isso porque grupos pequenos de trabalhadores não são fortes para alterar os salários de mercado, ao passo que, no nível centralizado, pressões salariais se traduzem em aumento do nível geral de preços. A lógica da argumentação é de que grandes e representativos sindicatos reconhecem o seu poder de mercado e, por essa razão, levam em conta em suas ações os efeitos sobre inflação e desemprego das suas demandas por aumentos salariais. No nível da firma, os sindicatos possuem poder de mercado limitado, o que gera moderação das pressões salariais. Nos casos intermédios, os sindicatos podem exercer algum poder de mercado, mas desconsideram os efeitos de suas pressões salariais sobre o nível geral de preços.

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)
CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 2 -
PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 3**

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A moeda é um conveniente meio de troca, que evita o inconveniente da dupla coincidência de desejos das trocas econômicas. Com efeito, em uma economia monetária exige-se que a moeda desempenhe mais funções do que a de mero meio de troca. Ela deve ainda ser meio de pagamento, permitindo a liquidação de quaisquer direitos de terceiros em uma data futura; deve desempenhar a função de unidade de conta, de modo que os contratos de bens e serviços e, principalmente o contrato de trabalho, seja definido em termos da moeda; e deve desempenhar a função de reserva de valor. Com isso, o agente, ao demandar a moeda em detrimento de outros ativos da economia, ganha o direito de comandar, de forma imediata, o poder de compra, de armazenar riqueza ao longo do tempo e de comparar, diretamente, os diversos bens e serviços disponíveis na economia.

No que se refere às criptomoedas, fica evidente que algumas das funções da moeda não são por elas desempenhadas: as funções de unidade de conta, de meio de pagamento e de reserva de valor deveriam ser plenamente contempladas para que equivalessem à moeda conforme descrita no parágrafo anterior. As evidências mostram que as criptomoedas são imprestáveis no atributo reserva de valor, devido à excessiva volatilidade de preço desses instrumentos. Pela mesma razão, perde-se a função de unidade de conta, pois o trabalhador não deve estar disposto a vender a sua força de trabalho em troca de instrumento imprevisível, como elevada volatilidade. Por construção, as criptomoedas poderiam se prestar a desempenhar a função de meio de pagamento, mas sem nenhuma vantagem aparente em relação aos demais ativos existentes na economia, a não ser pelo fato de terem como atributo o anonimato das transações. Por isso, muitas atividades ilegais e vinculadas ao tráfico de armas e ao financiamento do terrorismo estão utilizando, cada vez mais, as criptomoedas como meio de troca. Isso coloca um enorme desafio às autoridades monetárias dos países, não tanto no que diz respeito à substituição da moeda como atualmente conhecida, mas quanto às atividades de combate aos ilícitos e à lavagem de dinheiro.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 3

DISSERTAÇÃO

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

De maneira geral, considera-se parlamentarista todo sistema em que a legitimidade democrática e a autoridade do governo derivam da confiança ou da tolerância do parlamento. Na ausência desses elementos, manifesta na recusa de um voto de confiança, ou na aprovação de uma moção de desconfiança, o governo cai, cabendo ao parlamento a constituição de uma nova coalizão majoritária e de um novo gabinete. Na impossibilidade de construir essa nova coalizão, o parlamento é dissolvido e novas eleições são convocadas. Há variações importantes na regra que informa a queda do governo. Em uma interpretação abrangente, qualquer derrota no Legislativo seria suficiente para forçar a queda do governo. No entanto, na maioria dos casos, o governo só se expõe à derrubada em votações com essa finalidade específica, como moções de confiança ou de censura. Outros países exigem, além da constatação de desconfiança no governo do momento, a prova do apoio a um governo futuro já formado. Nesse último caso, evita-se a vacância: entre uma eleição e outra, um governo só cai se a Câmara for capaz de substituí-lo.

O sistema parlamentarista implica, portanto, a dependência do Poder Executivo com relação ao Poder Legislativo, de um lado, e, de outro, a separação entre os papéis de chefe de Estado e chefe de governo. O chefe de Estado, presidente ou monarca, tem, normalmente, poderes reduzidos. Nos casos republicanos, o presidente pode ser eleito diretamente (Islândia, Irlanda) ou por um corpo legislativo (o Senado, no caso italiano).

O sistema presidencialista, por sua vez, baseia-se no princípio oposto. O Executivo, da mesma forma que o Legislativo, é eleito pelo povo, diretamente ou por um colégio sujeito à vontade das urnas, como no caso americano, por um mandato fixo. O Executivo acumula as funções de chefe de Estado e de governo, controla a administração e nomeia seu ministério, independentemente, ao menos em tese, do apoio parlamentar. Como chefe de governo, não pode ser destituído antes do término de seu período, a não ser nos casos previstos de *impeachment*. A regra nesse caso é, portanto, a reunião dos papéis de chefe de Estado e de governo e a separação entre os poderes Executivo e Legislativo.

Desde o pós-guerra, algumas outras combinações de sistemas foram arquitetadas. A introdução, no sistema parlamentar, da eleição direta do presidente, combinada com a atribuição de poderes maiores a seu cargo, configura uma situação intermediária que alguns denominam de *premier*-presidencialismo, semipresidencialismo, ou sistema misto, denominações criticadas por alguns, por omitirem a característica parlamentarista, neles muitas vezes predominante. Nesses regimes, o presidente é eleito pelo voto popular, os mandatos do presidente e da assembleia são fixos, o presidente nomeia um primeiro-ministro que é chefe de governo, mas este, o *premier*, e seu gabinete dependem da confiança do parlamento. Deixam o cargo quando da produção, nas eleições, de nova maioria parlamentar. Por outro lado, o presidente dispõe de poderes importantes, inclusive o de dissolver a assembleia. O caso mais conhecido é o da França.

No que se refere às vantagens comparativas, Juan Linz (1991) observa que a maioria das democracias estáveis no mundo é parlamentarista e, conseqüentemente, postula a superioridade desse tipo de regime para a manutenção de uma ordem democrática. Se a continuidade da democracia é o critério, a superioridade do parlamentarismo parece incontestável. Entre todos os países que mantiveram a continuidade democrática nos vinte cinco anos decorridos entre 1967 e 1992, 24 são parlamentaristas, apenas quatro presidencialistas (Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos e Venezuela), enquanto outros três adotam sistemas híbridos.

Os principais argumentos de Linz para explicar essa disparidade são os seguintes.

- No presidencialismo, presidente e parlamento são concorrentes quanto à legitimidade democrática. Ambos são eleitos pelo voto popular e, em caso de conflito entre eles, “não existe nenhum princípio democrático para resolver (...) qual dos dois representa realmente a vontade popular”. Com isso, o potencial de crises e rupturas da ordem constitucional é maior que no parlamentarismo, onde a situação é resolvida pela imediata queda do Executivo.
- O mandato fixo do presidente configura um grau de rigidez menos favorável à democracia que a flexibilidade do parlamentarismo. No presidencialismo, o presidente só pode ser excluído pelo processo, difícil e demorado, do impedimento e, em diversos casos, sua recondução ao poder é vedada ou limitada. No parlamentarismo, um governo satisfatório pode se manter por anos a fio, desde que mantenha a maioria parlamentar. Um governo insatisfatório pode ser derrubado a qualquer momento, e o povo, vir a ser chamado a votar antes da data aprazada para as eleições.
- O presidencialismo, ancorado em eleições de tipo plebiscitário, com um único vencedor, estimularia uma lógica do tipo “o vencedor leva tudo” e os perdedores continuam perdedores até a eleição seguinte, lógica desfavorável à continuidade democrática. Em contraste, no parlamentarismo, a formação de coalizões e o partilhamento do poder entre forças políticas diferentes é a regra.
- A reunião dos papéis de chefe de Estado e de governo leva o presidente a perceber-se como representante de toda a nação o tempo todo. Isso leva à intolerância com a oposição, que tende a ser considerada como não patriótica, como oposição ao Estado, e não apenas ao governo.

Para os defensores do presidencialismo, por sua vez, a correlação observada por Linz entre democracia e parlamentarismo é explicada pela frequência maior de regimes parlamentaristas entre os países mais desenvolvidos. O déficit de desenvolvimento, no caso, e não o regime de governo, seria o responsável pelas quebras na continuidade democrática. Golpes ocorrem em países do terceiro mundo, sejam eles presidencialistas, sejam parlamentaristas.

Quanto aos argumentos, observam os presidencialistas, de forma geral, que Linz não distingue suficientemente entre tipos de presidencialismo e que alguns desses tipos, particularmente aqueles mais mesclados a elementos parlamentaristas, seriam tão propícios quanto os parlamentarismos mais puros à continuidade democrática. Nessa linha, o presidencialismo seria viável quando formulado em desenho institucional que mitigasse as tendências negativas apontadas por Linz (basicamente, presidência com poderes reduzidos, partidos disciplinados e pouco numerosos e clivagens partidárias pouco profundas) e ressaltasse seu aspecto positivo: a divisão de poderes, que possibilita a formação de um sistema de pesos e contrapesos que impede a concentração arbitrária do poder numa só instância. Na tradição hAMILTONIANA, seria essa a garantia, única, contra a tirania.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA

– ÁREA 3

PROVA DISCURSIVA –

QUESTÃO 1

Aplicação:
11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Rodolfo Stavenhagen, em artigo clássico sobre o tema, sistematizou os conceitos de estrutura de classes e estratificação social, bem como esclareceu as relações existentes entre eles. Conforme os teóricos da estratificação social, a hierarquia é um fenômeno universal nas sociedades humanas. Deriva da necessidade de motivar os diferentes indivíduos para o cumprimento de suas funções, no quadro da divisão social do trabalho. Atividades de maior relevância, que exigem um acúmulo maior de conhecimento para sua execução, devem ser premiadas, por meio de renda, propriedade ou prestígio social maiores. Cabe aos cientistas descobrir os critérios usados por cada sociedade e a maneira pela qual esses critérios definem estratos sociais diferentes. Os critérios mais utilizados são renda, origem da renda, propriedade, educação, prestígio, etnia, local de moradia, entre outros. Com base nesses critérios, os pesquisadores são capazes de definir um contínuo hierárquico reconhecido por aquela sociedade, distinguir nesse contínuo os estratos relevantes e, inclusive, a posição de indivíduos nele, ou seja, seu *status*. O resultado é, geralmente, um sistema de três, quatro ou mais estratos, definidos como altos, médios e baixos. Comparada com a estrutura de classes, esses sistemas envolvem certo grau de subjetividade do pesquisador, além de ser fundamentalmente descritivos em vez de analíticos. Em outras palavras, fornecem um retrato da sociedade fortemente influenciado pelos valores do observador e nada têm a dizer sobre a dinâmica da mudança daquela sociedade. Carecem de historicidade, uma vez que todas as sociedades humanas, tribais ou industriais, podem ser divididas em estratos altos, médios ou baixos, de acordo com seus valores predominantes.

Em contraste, classe social, tal como compreendida na tradição sociológica marxista, é uma categoria identificada a partir de um critério objetivo, que independe das preferências do pesquisador: a relação, geralmente de propriedade ou não propriedade, com os meios de produção. Essa relação compele determinados grupos a trabalhar para proveito de outros e, de maneira simétrica, permite a esses últimos grupos apropriarem-se do trabalho dos primeiros. Classes, portanto, não existem de forma isolada, mas mantêm relações de complementaridade, oposição, antagonismo e assimetria com outras classes sociais. Classes existem aos pares. Além disso, o antagonismo entre os pares de classes e os conflitos políticos e econômicos que dele resultam permitem compreender o processo de mudança percorrido pelas sociedades. Classes, portanto, existem em estruturas de classes e consistem em categorias analíticas e não descritivas, como os estratos. Seu estudo permite, além disso, compreender a atuação do Estado em cada sociedade, a partir do seu papel de gerir compromissos diversos entre as classes e preservar sempre os interesses das classes dominantes.

Uma vez que as classes são assimétricas na perspectiva da distribuição dos recursos sociais, como riqueza, conhecimento e poder, está claro que podem ser percebidas como posicionadas de forma hierárquica. Há relação, portanto, entre estratificação social e estrutura de classes. Pode-se dizer que cada sistema de estratos hierarquicamente ordenado tem sua origem em uma situação de oposição de classe. Contudo, essa oposição pode ter sido superada, e a hierarquia, permanecido, como os preconceitos de cor têm origem em relações escravagistas já extintas.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 3

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação:
3/11/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A noção de identidade cultural é um dos mais importantes conceitos na teoria das ciências sociais. A identidade cultural está relacionada aos elementos que dão unidade ao todo social, que une os participantes de uma comunidade, uma cultura ou um país em torno de formas de agir e de sentimentos coletivos. As práticas em comunidade são o reflexo da existência de valores comuns e, ao mesmo tempo, reforçam, na vida cotidiana, tais princípios. A identidade cultural, portanto, está relacionada ao pertencimento a uma determinada comunidade: é por meio da identificação com os valores e as práticas de um grupo que o indivíduo se sente parte da comunidade e capaz de agir para sua preservação.

Em sociedades complexas e urbanas, a noção de identidade precisa levar em conta a diversidade que marca o mundo contemporâneo. Dessa forma, os grupos (ou “tribos”) constituem identidades particulares dentro de um conjunto mais amplo. Se, por um lado, essa diferenciação pode gerar uma importante dinâmica, com a interação de interpretações diferenciadas da sociedade e o constante repensar de seus valores, por outro, frequentemente resulta em tensões e conflitos de diversas naturezas.

2 A sociedade brasileira, no acelerado processo de modernização e urbanização ocorrido na segunda metade do século XX, viu surgirem diversos atores sociais dispostos a atuar de forma intensa no mundo cultural e político. A esse processo de diferenciação social (que incluiu o agravamento das desigualdades econômicas), correspondeu a intensificação da produção cultural no país. Na música, estilos como o *funk*, o pagode e o sertanejo, entre muitos outros, refletiram o gosto popular e conquistaram audiências gigantescas. O Brasil possui um dos maiores públicos consumidores de bens culturais dessa natureza no mundo. Evidentemente, a massificação está relacionada à simplificação dos conteúdos, tornando-os de fácil aceitação em todas as camadas da sociedade. A incorporação dos estilos musicais populares à indústria cultural reforçou a tendência de produção de músicas simples, muitas vezes com ênfase no erotismo e em outras características próprias da cultura popular.

Paralelamente a esse movimento, outras expressões artísticas — incluindo artes plásticas e cênicas, como o cinema e o teatro — vêm ganhando espaço na sociedade e colocando em questão os limites da moralidade tradicional. Para muitos, trata-se de uma perda de referências e um distanciamento dos problemas concretos da sociedade. Nesse sentido, teríamos toda uma produção cultural “alienada”. Em outra interpretação, todo esse movimento demonstra o ingresso de segmentos antes alijados do consumo cultural e a necessidade de rediscussão de muitos dos valores tradicionais que estruturam nossa sociedade.

3 Em geral, associa-se o baixo nível de participação política e de engajamento na discussão dos destinos do país a um sistema educacional deficiente. A cultura, ao não exercer seu papel de formação crítica, reforçaria os efeitos negativos de uma educação de baixa qualidade. Nesse sentido, pode-se entender que a cultura propagada pela comunicação de massa — e mesmo, na maioria dos casos, pelas redes sociais — contribui fortemente para a manutenção do *status quo*. A ausência de uma discussão, em profundidade, dos temas da política e da compreensão histórica das mazelas do Brasil pode ser compreendida como parte de um grande projeto político conservador.

Por outro lado, a emergência das novas tecnologias deu voz a segmentos que antes não tinham como expressar sua insatisfação com os rumos do país. Segmentos antes silenciosos, protestam contra a falta de políticas públicas que atendam suas comunidades e que garantam seus direitos básicos, previstos na Constituição Federal. Vista por esse ângulo, a dinâmica cultural brasileira contemporânea pode ser vista como algo muito além da mera perda de referências estéticas. Trata-se de um conjunto de manifestações de uma sociedade complexa, ávida por igualdade e por uma melhor distribuição da riqueza nacional.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA

ÁREA 3

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 3

Aplicação:
11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o candidato, ao discorrer sobre a posição de destaque dos Estados Unidos da América (EUA) no mundo atual, faça uma relação entre a política interna e a externa do país, apontando como ambas afetam o sistema internacional como um todo. Para tanto, o candidato deve contextualizar as relações internacionais contemporâneas, caracterizando e problematizando sobre a ordem internacional do pós-Guerra Fria, principalmente na visão norte-americana, ou seja, com uma posição unilateral e uma política de tipo imperial, com diversas intervenções militares em várias partes do mundo (a ideia de que o fim da Guerra Fria traria mais paz e estabilidade para o sistema internacional acabou, portanto, não se concretizando). Como país vitorioso na Guerra Fria, os EUA se transformaram em uma hiperpotência, ampliando sua influência em escala global, principalmente em termos militares. Ademais, é notório que mudanças internas nos EUA afetam não apenas o seu contexto doméstico, mas o mundo como um todo. É fato que a política externa dos EUA é muito influenciada por fatores domésticos — os atentados terroristas de 2001, por exemplo, promoveram uma guinada em sua política externa, com republicanos e democratas tentando dar uma resposta ao seu público interno, geralmente por meio de intervenções militares justificadas em nome de sua segurança nacional. A guerra contra o terror acabou se transformando em justificativa para o aumento da vigilância interna e externa, da espionagem e de ações militares, como as ocorridas contra o Iraque, o Afeganistão e a Síria, muitas vezes com base em argumentos falsos, como a questão da existência de armas de destruição em massa em poder de Saddam Hussein, as quais jamais foram encontradas. Além disso, os EUA passaram a interferir com mais intensidade na política interna de outros países.

Dessa forma, a política externa dos EUA vem sendo marcada por menos diálogo e mais intransigência, e isso tem uma relação direta com sua política interna. A eleição de Donald Trump é sintomática nesse sentido, haja vista todo o seu discurso xenofóbico e linguagem de força empregados desde a campanha eleitoral — mesmo o governo de Barack Obama, do Partido Democrata, em tese menos belicoso do que o Partido Republicano, ao qual pertence Donald Trump, manteve a presença militar norte-americana no exterior. Assim, está cada vez mais claro que os rumos tomados pela política externa dos EUA, seja sob o Partido Democrata, seja sob o Republicano, está trazendo mais instabilidade do que estabilidade para o mundo atual, o que agrava o já conturbado cenário da segurança internacional.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 4

DISSERTAÇÃO

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Características da OSINT

A OSINT, tratada até com algum descaso antes da explosão da Internet, vem assumindo um novo patamar dentro do conjunto das disciplinas convencionais de inteligência. Tem sido utilizada por muitas organizações, contribuindo com soluções para necessidades de inteligência estratégica, operacional, tática e técnica. A OSINT se originou primariamente em agências de inteligência e de segurança, e abrange a extração de informações publicamente disponíveis na mídia jornalística global, em sites *web* e *blogs*, em relatórios governamentais, imagens de satélites, artigos científicos e produção acadêmica, Wikipedia, YouTube, redes sociais, e uma infinidade de outras fontes de informações baseadas na Internet e em outros recursos de mídia. A Internet, mais do que nunca, é uma fonte importante de informações, com estimativas de praticamente duplicação de volume de dados a cada dois anos.

O conceito por trás de OSINT é que a grande quantidade de dados e informações em fontes abertas propicie inteligência realizável para os tomadores de decisão. E como as informações de fontes abertas não são classificadas, praticamente não há obstáculos para o seu compartilhamento com parceiros, muito embora a inteligência derivada de OSINT possa ser classificada. Em comparação com outras disciplinas, a OSINT pode ser rápida, econômica, flexível, dinâmica, transmissível, agregadora de parcerias; pode servir a uma avaliação rápida ou a uma análise aprofundada em níveis estratégico, operacional, tático e técnico. Pode ainda identificar e propiciar a mitigação de riscos, ou seja, pode transitar razoavelmente entre meras varreduras de horizonte e objetivos sofisticados e complexos.

2 Desafios relacionados à OSINT

Ainda em maturação e atrelada às mudanças tecnológicas continuadas, a OSINT também apresenta desafios importantes. Uma das questões significativas está relacionada à qualidade: assim como em outras disciplinas, informações do domínio público não são necessariamente verificadas e podem ser tendenciosas ou imprecisas. Essa característica pressupõe cuidado especial com a informação de fontes abertas. Outra questão relevante diz respeito aos idiomas das fontes: não basta traduzir o conteúdo usando serviços especializados ou *software* de tradução, mas, anteriormente a isso, o contexto cultural deve ser levado em conta e tratado seriamente por analistas no trabalho de análise de inteligência e da informação. Deve-se também considerar como desafio o tratamento automatizado do grande volume de informação para análise, crescendo exponencialmente no tempo. Sistemas de indexação, filtragem e mineração de dados, análise semântica, entre outros, são ferramentas indispensáveis. Em relação à identificação das fontes, em OSINT é um processo interminável, em parte porque as diferentes plataformas de comunicação passam por ciclos de maior e menor popularidade, e todas devem ser levadas em conta, para que a informação seja de melhor qualidade possível.

3 Mitos e realidade acerca da OSINT

O crescimento em importância de OSINT arrasta consigo alguns mitos, o que tem sido reduzido com o tempo e com os resultados decorrentes nesse campo. Um dos mitos comuns é o de que OSINT é menos confiável que outras disciplinas de inteligência. Essa crença parece estar enraizada na cultura de que informações classificadas são obtidas de fontes mais credenciadas, o que não subsiste ao argumento real de que informações públicas, como por exemplo informações governamentais, estão sob muitos olhares e, assim, há interesse das partes envolvidas que elas reflitam idoneidade. Outro mito comum é o de que qualquer analista pode fazer OSINT. Pelo contrário, um bom analista de OSINT deve ser treinado em ferramentas que poderão melhorar seu desempenho, deve ter experiência relacionada aos temas com que irá trabalhar, imersão nos contextos de interesse e capacidade de síntese para “ligar os pontos” dos resultados obtidos por buscas e por ferramentas que sozinhas não realizarão o trabalho. Um terceiro mito que merece destaque é o de que OSINT é de graça. Embora não haja, de fato, os mesmos custos inerentes à obtenção de informações classificadas, há uma vasta quantidade de boas fontes de informação disponíveis que têm custo de assinaturas, como periódicos científicos, por exemplo. Há ainda custos de ferramentas para tratamento das informações e apoio à atividade de inteligência, particulares dessa disciplina e irremediavelmente necessários. Considere-se também os ciclos de treinamento decorrentes das inovações em informação proporcionadas pelo avanço tecnológico. Outros mitos sobre OSINT, eventualmente ainda figuram na comunidade de inteligência, mas têm sido minimizados à medida que se torna melhor a compreensão de OSINT e a maturidade da disciplina.

Referências bibliográficas

Kim-Kwang, Raymond Choo, Darren Quick. **Digital forensic intelligence: Data subsets and Open Source Intelligence (DFINT+OSINT): A timely and cohesive mix; Future Generation Computer Systems**. Volume 78, Part 2, 2018, pp. 558-567; Internet: <<https://doi.org>> e <www.sciencedirect.com>.

Min Ju Kang, Michael Glassman. **Intelligence in the internet age: The emergence and evolution of Open Source Intelligence (OSINT), Computers in Human Behavior**. Volume 28, Issue 2, 2012, pp 673-682; Internet: <<https://doi.org>> e <www.sciencedirect.com>.

Chris Pallaris. **Open Source Intelligence: A Strategic Enabler of National Security; CSS Analyses in Security Policy**, n.º 32, 15 Apr. 2008, pp. 1-3. EBSCOhost; Internet: <search.ebscohost.com>.

Bert-Jaap Koops, Jaap-Henk Hoepman, Ronald Leenes. **Open-source intelligence and privacy by design, Computer Law & Security Review**. Volume 29, Issue 6, 2013, pp. 676-688; Internet: <<https://doi.org>> e <www.sciencedirect.com>.

Lieutenant Colonel, Craig D. Morrow; **Osint: truth and misconceptions. Military Intelligence Professional Bulletin**, Apr.-June 2013, p. 31+. Academic OneFile; Internet: <<http://link-galegroup.ez54.periodicos.capes.gov.br>>.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)

CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 4

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 1

Aplicação: 11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Conceito e características de *deep web*

O termo *deep web* é utilizado para referir-se, em geral, a todo um conjunto de sítios e servidores de Internet. Em seu formato original, a *deep web* consistia dos sítios invisíveis, páginas que, por qualquer motivo, não apareciam em mecanismos de busca, especialmente no Google. Para encontrar essas páginas, era necessário o uso de diversos mecanismos de busca em conjunto, além de ferramentas adicionais e ferramentas de pesquisa individuais de cada sítio.

O termo *deep web* ficou muito comum às pessoas quando surgiu uma definição mais compacta para se referir aos sítios para cujo acesso era necessário o uso de programas específicos, como o Tor — o mais popular entre eles —, o Freenet e o I2P. O uso do termo *deep web* é incorreto nesse contexto; o termo certo seria *dark web*, ou *web* escura, uma vez que eram necessárias ferramentas especiais para acessar esses sítios, que não apareciam em mecanismos de buscas. É muito difícil saber com certeza se o termo *deep web* está sendo usado para se referir a um canal de acesso via Tor ou a páginas e serviços de acesso realmente limitado e restrito, independentemente da tecnologia.

2 Conceito e características da *dark web*

A *dark web*, por fornecer mecanismos de anonimato, é atraente para ativistas políticos e criminosos virtuais, além de pessoas que buscam compartilhar conteúdo censurado. Com ações policiais que derrubaram sítios de abuso sexual infantil da *web* comum, parte desse conteúdo também passou a ser disponibilizada na *dark web*.

A *dark web* oferece lojas virtuais de mercadorias proibidas ou de difícil acesso, inclusive drogas lícitas e ilícitas e armas. Como a *dark web* também serve como meio anônimo para acesso à *web* comum, ela pode ser usada para burlar bloqueios de rede, como os que existem na China — isso significa que nem todo mundo que utiliza a tecnologia da *dark web* pode estar interessado nos conteúdos que estão presentes nela, mas sim no anonimato que ela fornece para o acesso a qualquer conteúdo.

3 Características do *software* Tor para acesso à Internet

As redes de espionagem são o assunto do momento. Com a expansão da Internet e as denúncias de Edward Snowden, ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América, usuários buscam, cada vez mais, alternativas para se blindar da vigilância de cibercriminosos. O Tor é uma das ferramentas adotadas pelos internautas e que tem chamado a atenção. Tor é um *software* gratuito que oferece um sistema de proteção antimonitoramento e tem capacidade de esconder a identidade do usuário na rede, impedindo que terceiros visualizem as tarefas enquanto o computador é utilizado.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 4

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 2

Aplicação:
11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Arquivo executável portátil, suas seções e cabeçalho

O nome *Portable Executable* (PE) refere-se ao fato de que o formato não é específico da arquitetura. O formato do arquivo executável do sistema operacional é, de muitas maneiras, um espelho do sistema operacional, a exemplo do formato de arquivo executável portátil que a Microsoft projetou para uso por todos os seus sistemas baseados em Win32.

Seção é a unidade básica de código ou dados dentro de um arquivo PE; por exemplo, todo o código em um arquivo de objeto pode ser combinado em uma única seção ou (conforme o comportamento do compilador) cada função pode ocupar sua própria seção. As seções são blocos de memória contígua sem restrições de tamanho. Algumas seções contêm código ou dados que o programa declarou e usa diretamente, enquanto outras seções de dados são criadas pelo vinculador e bibliotecário e contêm informações vitais para o sistema operacional.

Cabeçalho PE é uma coleção de campos em um local conhecido (ou fácil de encontrar) que define como o resto do arquivo se parece. O cabeçalho PE, de forma semelhante a todos os formatos de arquivo executáveis, contém informações como locais e tamanhos do código e áreas de dados.

Internet: <https://msdn.microsoft.com/en-us/library/ms809762.aspx>.

2 Objetivos das anti-VM e sua correlação com *malware*

Os autores de *malware* às vezes usam técnicas de máquina anti-virtual (anti-VM) para frustrar tentativas de análise. Com essas técnicas, o *malware* tenta detectar se ele está sendo executado dentro de uma máquina virtual (VM). Se uma VM for detectada, ela pode agir de forma diferente ou simplesmente não será executada, o que pode causar problemas para o analista. As técnicas anti-VM são mais comumente encontradas em *malware* como *bots*, *scareware* e *spyware* (principalmente porque os *honeypots* costumam usar máquinas virtuais e porque esse *malware* normalmente é segmentado na máquina média do usuário, sendo improvável que esteja executando uma virtual máquina).

Michael Sikorski, Andrew Honig. **Practical malware analysis: a hands-on guide to dissecting malicious software**, p. 370.

3 Objetivos dos empacotadores e sua correlação com a detecção de *malwares*

Um empacotador é um programa utilizado para ofuscar o código, dificultando a sua desmontagem e análise. ~~O empacotador é um executável de extração automática em tempo de execução que realiza vários tipos de *malware* em um único pacote.~~

Os autores de *malwares* usam os empacotadores, que são programas que transformam um binário executável em outra forma - menor e/ou diferente do original, para evitar a detecção de antivírus baseados em assinatura.

O mesmo *malware* pode ser detectado de forma diferente quando compactado usando outro empacotador. Os empacotadores também têm a capacidade de tornar suas “assinaturas” mutáveis ao longo do tempo, tornando mais difícil a detecção e remoção do *malware*.

C. A. B. de Andrade, C. G. Mello e J. C. Duarte. **Malware automatic analysis. Computational intelligence and 11th Brazilian Congress on Computational Intelligence** (BRICS-CCI & CBIC), p. 681. Internet: <<http://help.eset.com/eav/11/pt-BR/packer.html>>. (acessado em fev/18)

Packer Analysis Report-Debugging and unpacking the NsPack 3.4 and 3.7 packer. Internet: <<https://www.sans.org/reading-room/whitepapers/malicious/packer-analysis-report-debugging-unpacking-nspack-34-37-packer-33428>>. (acessado em mar/18)

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) CARGO 1: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA – ÁREA 4 PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO 3

Aplicação:
11/3/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Finalidade e uso do arquivo `AndroidManifest.xml`, no desenvolvimento de uma APP Android

O esquema de permissões que limitam o acesso das aplicações a chamadas da API é denominado *Manifest Permissions* e é especificado no arquivo `AndroidManifest.xml`, distribuído juntamente com o aplicativo. Desse modo, caso haja uma vulnerabilidade na aplicação que permita uma exploração, o código injetado ficará confinado no ambiente da aplicação e terá apenas os privilégios que a mesma possuía. Assim, a exploração de uma vulnerabilidade em um jogo, por exemplo, não permitiria que informações de contatos fossem obtidas por meio de código injetado, isso, é claro, se as devidas permissões tiverem sido atribuídas ao jogo em questão. O esquema funciona da seguinte maneira:

- 1 O desenvolvedor lista no `AndroidManifest.xml` todas as permissões necessárias para o funcionamento da aplicação.
- 2 Durante a instalação da aplicação, o usuário é alertado sobre as permissões que estiverem sendo requisitadas, tendo ele a opção de aceitá-las ou não (modelo tudo ou nada). Assim, ou o usuário aceita e utiliza a aplicação ou a nega, e ela não é instalada.
- 3 Após a aceitação do usuário, a aplicação é instalada e passa a desfrutar das permissões que lhe forem atribuídas.
O usuário não é mais informado sobre as permissões sendo utilizadas.
- 4 É possível, por meio das configurações do sistema, visualizar as permissões atribuídas a cada aplicação instalada.
- 5 O usuário também pode desabilitar globalmente algumas funcionalidades, tais como *wi-fi*, *Bluetooth*, serviços de localização, GPS e rede celular.
- 6 Nomear o pacote Java para o aplicativo.
- 7 Descrever os componentes do aplicativo, que abrangem atividades, serviços, receptores de transmissão e provedores de conteúdo que compõem o aplicativo. Ele também nomeia a classe que implementa cada um dos componentes e publica suas capacidades, como as mensagens *Intent* que podem lidar.
- 8 Determinar os processos que hospedam os componentes de aplicativo.
- 9 Declarar as permissões que o aplicativo deve ter para acessar partes protegidas da API e interagir com outros aplicativos. Ele também declara as permissões que outros devem ter para interagir com os componentes do aplicativo.
- 10 Listar as classes *Instrumentation* que fornecem geração de perfil e outras informações durante a execução do aplicativo. Essas declarações estão presentes no manifesto somente enquanto o aplicativo está em desenvolvimento e são removidas antes da publicação do aplicativo.
- 11 Declarar o nível mínimo da Android API que o aplicativo exige.
- 12 Listar as bibliotecas às quais o aplicativo deve se vincular.

Internet: <<http://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=ceseg:2012-sbseg-mc2.pdf>>,
<https://developer.android.com/guide/topics/manifest/manifestintro.html?hl=pt-br>

Característica da permissão *default signature* do Android

As permissões *default* do Android são divididas em quatro categorias. A permissão na categoria *Signature* é automaticamente concedida a aplicações assinadas com o mesmo certificado digital da aplicação que a criou; caso contrário, ela é negada. Esse nível de proteção permite o compartilhamento de dados entre aplicações do mesmo desenvolvedor, entretanto, a maior motivação para esse nível é o controle de permissões extremamente críticas. Como tais permissões são criadas por aplicações pré-instaladas, elas só poderão ser acessadas por código assinado pelo fabricante. Exemplos incluem: `DEVICE_POWER`, `HARDWARE_TEST` e `INJECT_EVENTS`.

Internet: <<http://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=ceseg:2012-sbseg-mc2.pdf>>.

Definição de *malware* e *spyware* e diferença entre eles

Malware é o *software* que rouba, modifica ou apaga dados de aplicações ou do sistema operacional do dispositivo usuário, sem o consentimento deste, ou seja, não é obtida autorização prévia do usuário para a realização dessas atividades. Em outras palavras, o *software* é desonesto com o usuário. *Spyware* é definido como *software* que captura informações pessoais privadas de um usuário.

~~A diferença entre *spyware* e *malware* é que o primeiro, ao contrário do *malware*, é instalado com consentimento do agente instalador (a pessoa que o instalou); nesse caso, o *software* foi honesto com o usuário que o instalou, apesar de que o *spyware* provavelmente causará algum tipo de dano ao usuário alvo (usuário que utilizará o dispositivo após instalação).~~

Na verdade, não existe diferença entre eles, pois um *Spyware* é um tipo de *Malware*, que é um programa projetado para monitorar as atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros", podendo ser legítimo ou malicioso, instalado com consentimento ou sem consentimento do agente instalador.

Internet: <<http://wiki.inf.ufpr.br/maziero/lib/exe/fetch.php?media=ceseg:2012-sbseg-mc2.pdf>>, <https://cartilha.cert.br/malware/>